

O futuro dos sonhos ao seu alcance!

Caro participante,

No Relatório Anual a seguir, retomamos com você os principais acontecimentos e atividades da Funsejem em 2010, além de resultados marcantes como o recorde de R\$ 71.915.560,89 em contribuições realizadas por participantes e patrocinadoras aos planos de benefícios Votorantim Prev e VCNE.

A nova modalidade superagressiva, o programa de educação financeira e previdenciária e a certificação de dirigentes são exemplos de fatos importantes abordados. Leia atentamente este balanço e reveja todas as novidades e ações adotadas em busca do crescimento do seu plano de aposentadoria complementar.



FUNSEJEM
www.funsejem.org.br

Funsejem
Fundação Sen. José Ermírio de Moraes

Maio de 2011

www.funsejem.org.br • funsejem@funsejem.org.br • 11 3224 7300

Relatório Anual 2010

Principais acontecimentos 2010

Perfil Funsejem

A Funsejem é a entidade fechada de previdência privada do Grupo Votorantim. Criada em 1994, hoje possui 31 empresas patrocinadoras e dois planos de benefícios. O VCNE, com 348 participantes ativos, está fechado para novas adesões, e o VotorantimPrev, aberto para adesões, fechou dezembro de 2010 com 24.156 participantes ativos. Os demais participantes dos planos encontram-se nas seguintes situações: 339 assistidos, 14 pensionistas, 413 autopatrocinados, 21 expatriados, 150 diferidos e 3.704 afastados e/ou suspensos.

O ativo da Funsejem, ou seja, o conjunto de bens e recursos financeiros da entidade cresceu 16,4% em relação ao ano anterior. Quanto à rentabilidade acumulada, a Funsejem atingiu: 10,38% no perfil conservador, 9,80% no moderado, 9,20% no agressivo e 8,18% no superagressivo, que surgiu em junho de 2010.

A Fundação tem como objetivo primordial a instituição, administração e execução de planos previdenciários que visam suplementar o benefício oferecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Para tanto, cuida de modo responsável do patrimônio de seus participantes, fechado em R\$ 620.702.830,93 milhões, em 2010.

Regulamento

Em maio, a Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar aprovou as alterações propostas pela Fundação ao plano de benefícios Votorantim Prev. Dentre elas, a nova modalidade de investimento superagressiva, e a possibilidade do participante diferido trazer para a Funsejem recursos de outro plano de previdência, vedada no regulamento anterior. Outra novidade: o participante que requer a aposentaria normal pelo plano, mas antes de iniciar o recebimento deseja aumentar o valor de seu saldo, por meio de uma contribuição adicional, agora pode fazê-lo.

O novo regulamento foi divulgado no site, no jornal Futuro e no boletim Funsejem Informa afixado nos murais Psiu das empresas patrocinadoras.



Modalidade superagressiva

Das alterações do regulamento, a de maior expectativa foi a modalidade superagressiva. Ela começou a operar em junho de 2010, para ser a mais arriscada do sistema de modalidades Multicotas. O novo perfil tem uma alocação em renda variável que vai de 30% a 50% dos recursos e atendeu ao anseio dos participantes afeitos à forte exposição aos investimentos de alto risco.

MULTICOTAS

Apesar de lançada no meio do ano, a Funsejem iniciou a divulgação meses antes, realizando, inclusive, uma pesquisa para detectar o grau de interesse e o volume inicial de recursos a aportar na nova gestão.

Visita às patrocinadoras

A Funsejem marcou presença em algumas patrocinadoras neste último ano. As unidades da Fibria, localizadas nos estados do Espírito Santo e Bahia, receberam um plantão de dúvidas sobre o plano Votorantim Prev direcionado aos funcionários não contribuintes. Já os profissionais de DHO desta empresa participaram de uma palestra de reciclagem sobre o plano, no escritório de São Paulo (SP).

A Votorantim Cimentos também recebeu a Fundação. O trabalho foi de atendimento individual para esclarecimentos e incentivo à adesão nas unidades Engemix de: Santo André (SP), Guarulhos (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Já na unidade de Sobradinho (DF), a participação da Funsejem ocorreu por meio de uma feira de benefícios.



Empréstimo

O programa de empréstimo passou por algumas mudanças em 2010. O parcelamento se estendeu de 36 para 48 vezes. Além disso, a carência para a retirada de um empréstimo foi reduzida de 12 para 6 meses de contribuição anteriores à data da solicitação do empréstimo. Já o reempréstimo, ou seja, a quitação de 50% de um contrato em andamento para a retirada de outro, foi extinto.



Educação financeira e previdenciária

No segundo semestre de 2010, o assunto educação financeira e previdenciária tornou-se mais frequente nos canais de comunicação da Fundação. Uma seção fixa no jornal Futuro passou a abordar o assunto, também presente no site e nos murais Psu das patrocinadoras. O objetivo da Funsejem é fortalecer a discussão em torno de temas relativos a orçamento, planejamento financeiro e previdenciário.



Educação Financeira e Previdenciária

Em dezembro, uma reunião com a BM&F Bovespa definiu para 2011 a realização de palestras aos funcionários, reforçando ainda mais as ações da entidade neste sentido.

Certificação e treinamento

Em setembro de 2010, o diretor-superintendente e o gerente de previdência privada da Funsejem, Paulo Roberto Pisauro e José Serafim de Freitas, receberam a certificação concedida pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS). Esta certificação é um reconhecimento à qualificação dos profissionais responsáveis pela gestão do fundo de pensão, e acata a uma exigência legal.

Além da certificação, a Fundação promoveu um treinamento aos conselheiros fiscais e deliberativos, e à equipe administrativa da entidade sobre os aspectos jurídicos da previdência complementar.



Órgãos estatutários

Em 2010, a Diretoria-Executiva da Fundação propôs mudanças na política de investimentos, no regulamento do plano Votorantim Prev, no programa de empréstimos, bem como melhorias aos canais de comunicação.

O Conselho Fiscal foi responsável pela avaliação dos recursos financeiros, dos custos, da rentabilidade, do parecer atuarial, e da eficácia dos controles internos e os demais aspectos relevantes e atinentes à governança corporativa. O órgão também analisou os atos e contas apresentadas pela Diretoria-Executiva, na forma de balanço patrimonial, demonstração de resultados e demonstração do fluxo financeiro.

Já o Conselho Deliberativo aprovou as alterações propostas ao regulamento do plano Votorantim Prev, à política de investimentos e ao programa de empréstimos.

RESULTADOS

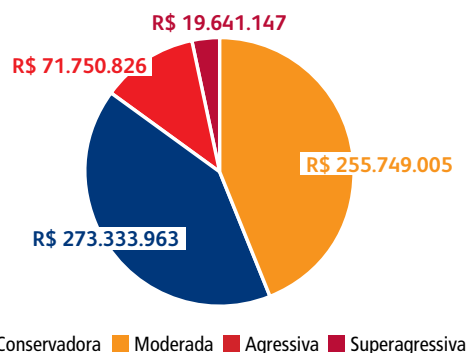
Arrecadação e concessão

Os números relativos aos recursos movimentados nos planos da Funsejem, em 2010, fecharam da seguinte maneira: R\$ 71.915.560,89 arrecadados em contribuições de participantes e patrocinadoras; e R\$ 34.290.836,55 concedidos em benefícios, resgates e portabilidades.

Investimentos

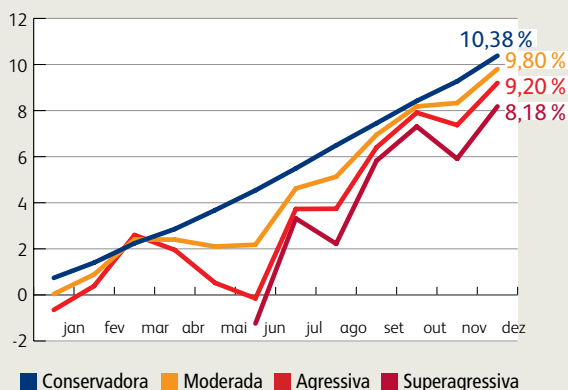
A Funsejem finalizou 2010 com um patrimônio de R\$ 620.474.942,60, aplicados em fundos de investimento, títulos públicos e privados, com gestão da Votorantim Asset Management, BNP Paribas Asset Management, Itaú, Western, Bradesco e Funsejem. A carteira de aplicações da Fundação também compreende uma linha de crédito a participantes, e o valor total concedido no ano foi de R\$ 10.078.383,47.

Investimentos: alocação por modalidade (dez/2010)



Quanto aos resultados repassados aos participantes, por meio das modalidades de investimento do sistema Multicotas, foram eles: 10,38% na modalidade conservadora, 9,80% na moderada, 9,20% na agressiva e 8,18% na superagressiva, que começou a operar em junho.

Rendimento acumulado 2010



FUNSEJEM - FUNDAÇÃO SEN. JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
CNPJ/MF Nº 74.060.534/0001-40

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	Exercício atual	Exercício anterior	PASSIVO	Exercício atual	Exercício anterior
Disponível	357	1.025	Exigível operacional	1.472	1.449
Realizável	620.900	532.737	Gestão previdencial	763	1.180
Gestão previdencial	75	4.889	Gestão administrativa	704	269
Gestão administrativa	119	26	Investimentos	5	0
Investimentos	620.706	527.822	Exigível contingencial	0	59
Créditos privados e depósitos	6.214	42.003	Gestão previdencial	0	59
Fundos de investimento	603.613	478.800		620.012	532.536
Empréstimos	10.879	7.019	Patrimônio social		
	227	282	Patrimônio de cobertura do plano	596.999	516.226
Permanente			Provisões matemáticas	591.899	507.243
Imobilizado	174	224	Benefícios concedidos	94.065	86.091
Diferido	53	58	Benefícios a conceder	500.789	425.652
			(-) Provisões matemáticas a constituir	(2.955)	(4.500)
			Equilíbrio técnico	5.100	8.983
			Resultados realizados	5.100	8.983
			Superávit técnico acumulado	5.100	8.983
Total do ativo	621.484	534.044		23.013	16.310
			Fundos		
			Fundos previdenciais	20.630	14.351
			Fundos administrativos	2.146	1.832
			Fundos de investimentos	237	127
			Total do passivo	621.484	534.044

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADA (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior	Varição (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	530.577	453.023	17%
1. Adições	144.356	123.177	17%
(+) Contribuições previdenciais	79.242	59.642	33%
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	60.437	60.386	0%
(+) Receitas administrativas	4.485	2.924	53%
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão administrativa	192	225	-15%
2. Destinações	(44.802)	(40.515)	11%
(-) Benefícios	(34.430)	(34.885)	-1%
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(5.695)	(2.479)	130%
(-) Despesas administrativas	(4.272)	(2.913)	47%
(-) Constituição de contingências - gestão administrativa	(91)	(59)	54%
(-) Constituição de fundos - gestão administrativa	(314)	(179)	75%
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	99.554	82.662	20%
(+/-) Provisões matemáticas	97.158	83.159	17%
(+/-) Fundos previdenciais	6.279	(8.490)	174%
(+/-) Déficit técnico do exercício	(3.883)	7.993	-149%
4. Operações transitórias	(12.502)	(5.108)	145%
(+/-) Operações transitórias	(12.502)	(5.108)	145%
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	617.629	530.577	16%
C) Fundos não previdenciais	2.383	1.959	22%
Fundos administrativos	2.146	1.832	17%
Fundos dos investimentos	237	127	87%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS VOTORANTIM PREV (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	458.554	386.022	19%
1. Adições	132.602	108.591	22%
(+) Contribuições	80.505	59.423	35%
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	52.097	49.168	6%
2. Destinações	(35.457)	(30.951)	15%
(-) Benefícios	(27.432)	(28.108)	-2%
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(3.865)	(148)	2511%
(-) Custeio administrativo	(4.160)	(2.695)	54%
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	97.145	77.640	25%
(+/-) Provisões matemáticas	93.391	86.140	8%
(+/-) Fundos previdenciais	3.754	(8.500)	144%
4. Operações transitórias	(124)	(5.108)	-98%
(+/-) Operações transitórias	(124)	(5.108)	-98%
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	555.575	458.554	21%
C) Fundos não previdenciais	2.309	1.893	22%
Fundos administrativos	2.083	1.774	17%
Fundos dos investimentos	226	119	90%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS VCNE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	72.024	67.000	7%
1. Adições	11.296	14.182	-20%
(+) Contribuições	2.957	2.964	-0%
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	8.339	11.218	-26%
2. Destinações	(8.887)	(9.158)	-3%
(-) Benefícios	(6.997)	(6.777)	3%
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(1.829)	(2.331)	-22%
(-) Custeio Administrativo	(61)	(50)	22%
3. Decréscimo no ativo líquido (1+2)	2.409	5.024	-52%
(+/-) Provisões matemáticas	3.767	(2.979)	226%
(+/-) Fundos previdenciais	2.525	9	27.956%
(+/-) Déficit técnico do exercício	(3.883)	7.994	-149%
4. Operações transitórias	(12.378)	-	-100%
(+/-) Operações transitórias	(12.378)	-	-100%
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	62.055	72.024	-14%
C) Fundos não previdenciais	73	65	12%
Fundos administrativos	62	58	7%
Fundos dos investimentos	11	7	57%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS VOTORANTIM PREV (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
1. Ativos	558.262	461.274	21%
Disponível	19	885	-98%
Recebível	2.154	6.457	-67%
Investimento	556.089	453.932	23%
Créditos privados e depósitos	5.541	36.147	-85%
Fundos de investimento	540.221	411.173	31%
Empréstimos	10.327	6.612	56%
2. Obrigações	378	827	-54%
Operacional	378	827	-54%
3. Fundos não previdenciais	2.309	1.893	22%
Fundos administrativos	2.083	1.774	17%
Fundos dos investimentos	226	119	90%
5. Ativo líquido (1-2-3)	555.575	458.554	21%
Provisões matemáticas	539.518	446.250	21%
Fundos previdenciais	16.057	12.304	31%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS VCNE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
1. Ativos	62.517	72.501	-14%
Disponível	6	140	-96%
Recebível	65	264	-75%
Investimento	62.446	72.097	-13%
Créditos privados e depósitos	651	5.711	-89%
Fundos de investimento	61.243	65.979	-7%
Empréstimos	552	407	36%
2. Obrigações	389	412	-6%
Operacional	389	353	10%
Contingencial	0	59	-100%
3. Fundos não previdenciais	73	65	12%
Fundos administrativos	62	58	7%
Fundos dos investimentos	11	7	57%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	62.055	72.024	-14%
Provisões matemáticas	52.382	60.993	-14%
Superávit/déficit técnico	5.100	8.983	-43%
Fundos previdenciais	4.573	2.048	123%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	1.832	1.653	11%
1. Custeio da gestão administrativa	4.677	3.149	49%
1.1. Receitas	4.677	3.149	49%
Custeio administrativo da gestão previdencial	4.220	2.745	54%
Custeio administrativo dos investimentos	265	179	48%
Resultado positivo dos investimentos	192	225	-15%
2. Despesas administrativas	4.363	2.969	47%
2.1. Administração previdencial	4.098	2.790	47%
Pessoal e encargos	2.615	1.518	72%
Treinamentos/congressos e seminários	29	21	38%
Viagens e estadias	26	0	100%
Serviços de terceiros	512	506	1%
Despesas gerais	757	634	19%
Depreciações e amortizações	68	52	31%
Contingências	91	59	54%
2.2. Administração dos investimentos	265	179	48%
Serviços de terceiros	145	83	75%
Despesas gerais	120	96	25%
3. Resultado negativo dos investimentos	0	0	0%
4. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	314	180	74%
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	314	179	75%
6. Operações transitórias	0	(1)	100%
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	2.146	1.832	17%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE BENEFÍCIOS VOTORANTIM PREV (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	1.775	1.541	15%
1. Custeio da gestão administrativa	4.579	3.064	49%
1.1. Receitas	4.579	3.064	49%
Custeio administrativo da gestão previdencial	4.160	2.695	54%
Custeio administrativo dos investimentos	232	158	47%
Resultado positivo dos investimentos	187	211	-11%
2. Despesas administrativas	4.270	2.829	51%
2.1. Administração previdencial	4.038	2.657	52%
Pessoal e encargos	2.580	1.476	75%
Treinamentos/congressos e seminários	29	20	45%
Viagens e estadias	25	1	2400%
Serviços de terceiros	504	492	2%
Despesas gerais	745	617	21%
Depreciações e amortizações	67	51	31%
Contingências	88	0	100%
2.2. Administração dos investimentos	232	172	35%
Serviços de terceiros	127	80	59%
Despesas gerais	105	92	13%
3. Resultado negativo dos investimentos	0	0	0%
4. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	309	235	32%
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	309	234	33%
6. Operações transitórias	0	(1)	100%
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	2.084	1.775	17%

Paulo Roberto Pisaura • Diretor Superintendente • CPF nº 402.431.508-06

Adriana Isabel Pereira dos Santos • Contadora • CRC nº 1SP258167/P-3 • CPF nº 277.110.438-56

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE BENEFÍCIOS VCNE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	57	112	-49%
1. Custeio da gestão administrativa	98	85	15%
1.1. Receitas	98	85	15%
Custeio administrativo da gestão previdencial	60	50	20%
Custeio administrativo dos investimentos	33	21	57%
Resultado positivo dos investimentos	5	14	-64%
2. Despesas administrativas	93	140	-34%
2.1. Administração previdencial	61	133	-54%
Pessoal e encargos	37	41	-10%
Treinamentos/congressos e seminários	1	1	0%
Serviços de terceiros	7	14	-50%
Despesas gerais	12	17	-29%
Depreciações e amortizações	1	1	0%
Contingências	3	59	-95%
2.2. Administração dos investimentos	32	7	357%
Serviços de terceiros	18	3	500%
Despesas gerais	14	4	250%
3. Resultado negativo dos investimentos	0	0	0%
4. Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	5	(55)	109%
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	5	(55)	109%
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	62	57	9%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS VOTORANTIM PREV (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	539.517	446.250	21%
1. Provisões matemáticas	539.517	446.250	21%
1.1. Benefícios concedidos	54.994	45.165	22%
Contribuição definida	54.994	45.165	22%
1.2. Benefícios a conceder	484.523	401.085	21%
Contribuição definida	484.523	401.085	21%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	209.300	173.257	21%
Saldo de contas - parcela participantes	275.223	227.828	21%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS VCNE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano (1+2)	57.482	69.977	-18%
1. Provisões matemáticas	52.382	60.994	-14%
1.1. Benefícios concedidos	39.071	40.927	-5%
Contribuição definida	1.882	3.274	-43%
Benefício definido	37.189	37.653	-1%
1.2. Benefícios a conceder	16.266	24.567	-34%
Contribuição definida	13.628	21.697	-37%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	6.512	10.368	-37%
Saldo de contas - parcela participantes	7.116	11.329	-37%
Benefício definido	2.638	2.870	-8%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(2.955)	(4.500)	-34%
(-) Serviço passado	(2.955)	(4.500)	-34%
(-) Patrocinador(es)	(2.955)	(4.500)	-34%
2. Equilíbrio técnico	5.100	8.983	-43%
2.1. Resultados realizados	5.100	8.983	-43%
Superávit técnico acumulado	5.100	8.983	-43%
Reserva de contingência	5.100	8.983	-43%

Paulo Roberto Pisaro
Diretor Superintendente
CPF nº 402.431.508-06

Adriana Isabel Pereira dos Santos
Contadora
CRC nº 1SP258167/P-3
CPF nº 277.110.438-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto Operacional

A Fundação Senador José Ermírio de Moraes - Funsejem é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 10 de janeiro de 1994, de acordo com a autorização de funcionamento concedida pela Portaria nº 764, de 29 de dezembro de 1993, do Ministério da Previdência Social, sob a forma de fundação de direito privado, nos termos do Artigo 5º, item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pelas leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001. A Funsejem é uma entidade multiplanos, patrocinada pelas seguintes empresas do Grupo Votorantim:

- Companhia Brasileira de Alumínio;
- Fibria Celulose S.A.;
- Portocel Terminal Especializado Barra do Riacho S.A.;
- Votorantim Cimentos S.A.;
- Votorantim Cimentos N/NE S.A.;
- Santa Cruz Geração de Energia Ltda.;
- Fundação Senador José Ermírio de Moraes;
- Interávia Transportes Ltda.;
- Citrovita Agro Industrial Ltda.;
- Citrovita Agro Pecuária Ltda.;
- Rhamo - Indústria, Comércio e Serviços Ltda.;
- Votorantim Metais Ltda.;
- Votorantim Siderurgia S.A.;
- Votorantim Metais Zinco S.A.;
- Votorantim Metais Níquel S.A.;
- Votorantim Participações S.A.;
- Interávia Táxi Aéreo Ltda.;
- Votorantim Energia Ltda.;
- Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.;
- Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas S.A.;
- Fazenda São Miguel Ltda.;
- Votorantim Internacional Brasil Ltda.;
- Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.;
- Votorantim Empreendimentos Ltda.;
- Sitrel - Siderúrgica Três Lagoas Ltda.;
- Cia. de Cimento Portland Lacim.;
- Votorantim Industrial S.A.;
- Companhia Nitro Química Brasileira.;
- Votocel Investimentos Ltda.;
- Calmit Mineração e Participação Ltda.

A Funsejem não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

A Funsejem administra atualmente 2 planos de benefícios previdenciais. Da data de sua constituição até 31 de dezembro de 1998, a Funsejem oferecia plano de aposentadoria na modalidade de benefício definido (BD). A partir de 1º de janeiro de 1999, consolidou os planos de aposentadoria para modalidade de contribuição definida (CD), conforme enquadramento na Secretaria de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base em avaliação atuarial.

A Funsejem possuía, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as seguintes quantidades de participantes:

	Quantidade	
	31/12/2010	31/12/2009
Ativos	28.431	27.060
Assistidos	326	296
Total	28.757	27.356

1.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Funsejem estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o fluxo dos investimentos, que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis da Funsejem: balancetes por plano de benefícios previdenciais, balancete do plano de gestão administrativa, balancete auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis e balancete consolidado.

1.2 Principais práticas contábeis, itens avaliados e critérios adotados

a) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

c) Ativo realizável - fluxo dos investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são os seguintes:

I. Renda fixa

Os investimentos em renda fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Marcação a mercado e curva do papel - O Banco Central editou a Resolução nº 2.931/02, alterando as normas de precificação dos ativos aplicados em carteiras de fundos de investimentos. Paralelamente, a partir de 29 de maio de 2002, com base na Instrução Normativa nº 365, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os fundos contabilizam seus ativos pelo valor de mercado e não mais pelo valor de vencimento (curva do papel). Posteriormente, a CVM emitiu a Instrução Normativa nº 375/02, alterando os critérios de marcação a mercado para os fundos.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela curva do papel). A Secretaria de Previdência Complementar publicou a Resolução CGPC nº 04/2002, permitindo às entidades fechadas de previdência complementar a marcação pela curva do papel em alguns títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos, desde que tais papéis sejam classificados como títulos mantidos até o vencimento.

II. Multimercado

As aplicações em fundos multimercados estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras.

d) Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Fundação:

I. Empréstimos simples

Em atendimento aos normativos legais e decisões internas datadas de 24 de setembro de 2010, a carteira de empréstimos aos participantes passou a ter a seguinte composição: 150% da taxa Selic divulgada no mês da concessão do empréstimo, mais 4% a.a. ou o IGP-M acumulado dos últimos 12 meses, mais 5% a.a. prevalecendo o maior, auferido até a data do balanço.

A partir do dia 10 de março de 2009, ocorreram algumas alterações no regulamento de empréstimos aos participantes da Funsejem, cuja síntese é apresentada a seguir:

- Limite máximo para concessão de empréstimos aos participantes, o qual passa a ser o valor equivalente à somatória do saldo do participante mais o percentual a que tiver direito sobre o saldo da patrocinadora no mês da concessão do empréstimo, considerando a tabela de resgate de contribuições aprovada no regulamento do plano de benefícios;
- Inclusão do item 4.1.1.1, que passa a ter a seguinte redação: "Será considerado como saldo de participante, para efeito deste regulamento, o valor das contribuições básicas, adicionais e recursos transferidos de outras entidades que não sejam caracterizados como portabilidade";
- Alteração do prazo máximo de pagamento realizado pelo beneficiário, à sua opção, de até 36 (trinta e seis) parcelas para até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas;
- Alteração do período mínimo de contribuição e participação no plano de 12 (doze) meses, para 6 (seis) meses consecutivos.

e) Imobilizado (permanente)

Está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os itens que compõem o ativo imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em geral	10%
Instalações elétricas	20%
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de uso	10%
Sistemas de comunicação	10%
Sistemas de segurança	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos (exceto utilitários)	20%
Ventiladores, refrigeradores de ar	25%
Aparelhos cinematográficos (som e projeção)	15%

f) Diferido (permanente)

Os custos de desenvolvimento de programas computacionais registrados no grupo diferido foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com exceção dos valores referentes a programas e custos correlatos, cuja amortização foi iniciada após a conclusão de sua implantação no prazo de 60 meses.

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitido a inclusão de novos valores no referido grupo contábil.

No registro contábil das amortizações, a Funsejem observa as seguintes regras:

- a amortização do intangível e do diferido é contabilizada mensalmente como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA;
- a amortização é calculada pelo método linear;
- a amortização do intangível e do diferido independe da existência do resultado do PGA.

g) Provisão de férias, 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

h) Exigível contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem;
- existindo depósito judicial, este deverá ser registrado no passivo contingencial do plano em conta redutora.

i) Receitas administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

j) Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do plano de gestão administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial e investimentos), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano, a Funsejem utiliza o seguinte critério:

- receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;
- despesas comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração a folha salarial das patrocinadoras de cada plano de benefícios, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

2. Realizável da Gestão Previdencial (planos previdenciais)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são apresentados a seguir:

	2010		2009
	VCNE	Votorantim Prev	TOTAL
Gestão previdencial	5	70	4.889
Recursos a receber	5	70	4.889
Contribuições normais - patrocinadora	4	4	1.489
Contribuições normais - participantes	-	10	3.242
Autopatrocinações	1	56	158

3. Realizável da Gestão Administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é a seguinte:

	2010		2009
	VCNE	Votorantim Prev	TOTAL
Gestão administrativa	4	115	26
Contas a receber	4	8	-
Contribuições para custeio - patrocinadora	3	2	-
Contribuições para custeio - autopatrocinados	1	6	-
Adiantamentos a funcionários	-	107	26
Adiantamento de férias	-	5	-
Adiantamento salarial - PPR	-	102	26

4. Realizável dos Investimentos (planos previdenciais e PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são apresentados a seguir:

	Prazo de vencimento	2010		2009	
		Valor de mercado por prazos de vencimento	Valor de custo corrigido	Valor de mercado por prazos de vencimento	Valor de custo corrigido
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		6.214	6.214	42.003	42.003
CDB pós fixado	18/04/2011	6.214	6.214	11.032	11.032
Debêntures - operações compromissadas	17/09/2010	-	-	23.372	23.372
Debêntures - simples	17/11/2010	-	-	7.599	7.599
TOTAL CDB		6.214	6.214	42.003	42.003

FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2010		2009	
	Sem vencimento		Sem vencimento	
BRDESCO	149.781	149.781	106.222	106.222
Bradesco Fim Funsejem Conservador	100.577	100.577	67.872	67.872
Bradesco Fim Funsejem Agressivo	49.204	49.204	38.350	38.350
VOTORANTIM ASSET MANAGMENT	176.244	176.244	133.467	133.467
FICFI Almirante Multimercado Crédito Privado	125.158	125.158	85.538	85.538
FICFI Albatroz Multimercado Crédito Privado	51.086	51.086	47.929	47.929
BNP PARIBAS	188.312	188.312	125.435	125.435
BNP Paribas Ártico FICFIM Prev. Conservador	133.980	133.980	80.159	80.159
BNP Paribas Ártico FICFIM Prev. Agressivo	54.332	54.332	45.276	45.276
ITAÚ UNIBANCO	69.617	69.617	113.676	113.676
Adriático Previdenciário Multimercado FICFI	20.962	20.962	72.728	72.728
Pacífico Previdenciário Multimercado FICFI	48.655	48.655	40.948	40.948
WESTERN ASSET	19.659	19.659	0	0
HIGHLAND FICFIM CRÉDITO PRIVADO	19.659	19.659	0	0
TOTAL FUNDOS DE INVESTIMENTOS	603.613	603.613	478.800	478.800
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.879	10.879	7.019	7.019
Empréstimos	10.879	10.879	7.019	7.019
TOTAL INVESTIMENTOS	620.706	620.706	527.822	527.822

5. Permanente (gestão administrativa)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Imobilizado	174	224
Diferido	53	58
Total diferido	227	282

6. Exigível Operacional (gestão previdencial, gestão administrativa e investimentos)

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são assim demonstrados:

	2010		2009
	VCNE	Votorantim Prevz	TOTAL
Gestão previdencial	388	375	1,180
Benefícios a pagar	5	1	389
Retenções a recolher	87	186	363
Liquidação extrajudicial	293	180	428
Outras exigibilidades	3	8	-
Gestão administrativa	10	694	269
Contas a pagar	9	592	230
Retenções a recolher	1	102	39
Investimentos	1	4	-
IOF a recolher	1	4	-
Relacionados com disponível	-	-	-
Total exigível operacional	399	1,073	1,449

7. Exigível Contingencial (gestão previdencial, gestão administrativa e investimentos)

O exigível contingencial em 2010 e 2009 possui a seguinte composição:

	2010		2009
	VCNE	Votorantim Prev	TOTAL
Gestão previdencial	-	-	59
Provisão imposto de renda s/ benefícios	61	-	59
(-) Depósitos judiciais	(61)	-	-
Gestão administrativa	-	-	-
Provisão de Pis e Cofins	12	657	452
(-) Depósitos judiciais	(12)	(657)	(452)
Total exigível contingencial	-	-	59

8. Provisões Matemáticas (planos previdenciais)

As reservas matemáticas em 2010 e 2009 são compostas da seguinte forma, segregadas por plano de benefícios previdenciais:

	2010		2009	
	VCNE	Votorantim Prev	TOTAL	TOTAL
Benefícios concedidos	39.071	54.994	94.065	86.091
Benefício definido	1.882	-	1.882	86.091
Contribuição definida	37.189	54.994	92.183	-
Benefícios a conceder	16.266	484.523	500.789	425.652
Benefício definido	2.638	-	2.638	426.362
Contribuição definida	13.628	484.523	498.151	(710)
Provisões matemáticas a constituir	(2.955)	-	(2.955)	(4.500)
(-) Serviço passado	(2.955)	-	(2.955)	(4.500)
Total das provisões matemáticas	52.382	539.517	591.899	507.243

9. Equilíbrio Técnico (planos previdenciais)

O resultado previdencial apurado no exercício social de 2010 e 2009, segregado por plano de benefícios, bem como a data da base utilizada para a avaliação atuarial estão apresentados no quadro a seguir:

	2010		2009	
	VCNE	Votorantim Prev	TOTAL	TOTAL
Resultados realizados	5.100	-	5.100	8.983
Superávit técnico acumulado	5.100	-	5.100	8.983
Reserva de contingência	5.100	-	5.100	8.983
Total equilíbrio técnico	5.100	-	5.100	8.983

10. Fundos (planos previdenciais, investimentos e PGA)

O fundo da gestão previdencial - fundo de reversão é constituído pelas parcelas dos saldos de conta de patrocinadoras não incluídas no saldo de conta total de participante e poderá ser utilizado conforme previsto no plano de custeio do plano, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Em 2010, as patrocinadoras Citrovita Agro Pecuária Ltda, Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas S.A., Interávia Transportes Ltda, Votener Comercializadora de Energia Ltda, Votorantim Internacional Brasil Ltda, Votorantim Metais Níquel S.A. e Votorantim Participações S.A. utilizaram o fundo de reversão para abatimento da contribuição normal.

O fundo da gestão previdencial - fundo de retirada é constituído pelos valores individuais a serem pagos aos participantes da empresa Cia. de Cimento Portland Lacim, patrocinadora dos planos de benefícios VCNE e Votorantim Prev, conforme calculado pela consultoria Towers Watson.

A composição em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é assim apresentada:

	2010		2009	
	VCNE	Votorantim Prev	TOTAL	TOTAL
Fundos previdenciais	4.573	16.057	20.630	14.351
Fundo de reversão de contribuições	2.091	15.580	17.671	14.351
Fundo de retirada - patrocinadora Cia de Cimento Portland Lacim	2.482	477	2.962	-
Total fundos previdenciais	4.573	16.057	20.630	14.351

O fundo da gestão administrativa - fundo administrativo é constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 2.146 mil (2009 - R\$ 1.832 mil).

O fundo do programa de investimentos, denominado fundo de inadimplência sobre os empréstimos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e invalidez. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 237 mil (2009 - R\$ 127 mil).

11. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010.

Contas	2010	2009
1.2.2.3 - Participação no plano de gestão administrativa	2.209	-
2.3.2.2.02 - Participação no fundo administrativo PGA	(2.209)	-
1.2.2.3 - Participação no plano de gestão administrativa	(2.145)	-
2.3.2.2.02 - Participação no fundo administrativo PGA	2.145	-

12. Eventos Subsequentes

Protocolado na Previc em 03/01/2011, o processo de rescisão do convênio de adesão aos planos de benefícios Votorantim Prev e VCNE, relativos à patrocinadora Cia. Cimento Portland Lacim.

Com a fusão das empresas Aracruz Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. em 2009, as patrocinadoras Aracruz Celulose S.A. e Portocel Terminal Especializado Barra do Riacho S.A. rescindiriam o patrocínio com o plano de benefícios Arus, administrado pela entidade Arus Fundação Aracruz de Seguridade Social e aderiram ao plano de benefícios Votorantim Prev, administrado pela Funsejem.

Em 16/11/2010, a Previc aprovou a retirada de patrocínio do Plano Arus e, em 17/02/11, alguns participantes transferiram suas reservas para a Funsejem. Nesta data, o montante transferido foi de R\$ 68 milhões.

Esta demonstração contempla as alterações promovidas pela Resolução nº 1, de 3 de março de 2011 do Conselho Nacional de Previdência Complementar, alterando os Anexos B e C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2010 do Plano de Benefícios VOTORANTIM PREV da Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM, referente às patrocinadoras Votorantim Cimentos S.A., Votorantim Participações S.A., Votorantim Industrial S.A., Calmit Mineração e Participação Ltda., Fazenda São Miguel Ltda., Fibria Celulose S.A., Votocel Investimentos Ltda., Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda., Portocel Terminal Especializado Barra do Riacho S.A., Votorantim Metais Zinco S.A., Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., Votorantim Metais Ltda., Votorantim Energia Ltda., Votorantim Siderurgia S.A., Sitrel - Siderurgica Três Lagoas Ltda., Votorantim Metais Niquel S.A., Cia Brasileira de Alumínio, Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas S.A., Santa Cruz Geração de Energia Ltda., Citrovita Agro Pecuária Ltda., Companhia Nitro Química Brasileira, Citrovita Agro Industrial Ltda., Votorantim Internacional Brasil Ltda., Votorantim Cimentos N/NE S.A., Interávia Transportes Ltda., Votorantim Empreendimentos Ltda., Rhamo – Indústria, Comércio e Serviços Ltda., Interávia Táxi Aéreo Ltda., Cia. Cimento Portland Lacim e Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2010.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria nº 336, de 05/05/2010, publicada no Diário Oficial da União em 06/05/2010.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é igual a 24.554, sendo 22.107 do sexo masculino e 2.447 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 36,3 anos.

O total de participantes aposentados é igual a 243.

O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão por morte é igual a 4.

O total de participantes em período de aguardo do recebimento do benefício é igual a 275.

II – Hipóteses e métodos atuariais

Por ser o Plano de Benefícios VOTORANTIM PREV estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Para a apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício foram utilizadas somente as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

- **Hipóteses financeiras**

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:

- Salários: 100%
- Benefícios: 100%

- **Regime financeiro e métodos atuariais**

Regime financeiro – capitalização

Métodos atuariais – capitalização financeira.

- **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo**

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período entre duas avaliações atuariais.

A adoção de um fator de 100% reflete a expectativa de que não haverá redução inflacionária nos salários e benefícios, em termos reais, no ano seguinte ao da avaliação.

- **Atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006**

O disposto no item 2 da Resolução CGPC nº 18/2006 não se aplica a

este plano de benefícios, uma vez que seu benefício de aposentadoria programável tem a característica de contribuição definida pois é pago sob forma de renda mensal por um período determinado; ou percentual do Saldo de Conta Total; ou renda em moeda corrente nacional correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total; ou renda mensal vitalícia paga por entidade aberta de Previdência Complementar ou companhia seguradora.

- **Índice de reajuste dos benefícios**

Os benefícios do plano concedidos por prazo determinado são reajustados mensalmente, pelo Retorno dos Investimentos obtido no mês imediatamente anterior ao mês de competência do Benefício.

Os benefícios concedidos em valor correspondente a um percentual do Saldo de Conta Total são reajustados mensalmente, aplicando-se sobre o Saldo de Conta remanescente o retorno dos investimentos obtido no mês imediatamente anterior ao mês de competência.

Quando concedidos em valor fixado em moeda corrente nacional, os benefícios são reajustados uma vez por ano, sendo o Saldo de Conta remanescente atualizado mensalmente de acordo com o retorno dos investimentos.

III – Patrimônio social

De acordo com o balancete fornecido pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM, de 31 de dezembro de 2010, o Patrimônio Social é de R\$ 557.883.789,26.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade do Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM.

IV – Patrimônio de cobertura do plano e fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de cobertura do plano	539.517.051,89
• Provisões matemáticas	539.517.051,89
• Benefícios concedidos	54.993.847,20
• Contribuição definida	54.993.847,20
• Saldo de conta dos assistidos	54.993.847,20
• Benefícios a conceder	484.523.204,69
• Contribuição definida	484.523.204,69
• Saldo de conta – parcela patrocinadores	209.300.528,44
• Saldo de conta – parcela participantes	275.222.676,25
Fundos	18.366.737,37
• Fundo de reversão de contribuições	15.579.572,45
• Fundo administrativo	2.082.826,98
• Fundo de investimentos	226.392,01
• Fundo previdencial de retirada Lacim	477.109,37
• Fundo administrativo de retirada Lacim	836,56

O Fundo de Reversão de Contribuições de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios VOTORANTIM PREV é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não incluídas no Saldo de Conta Total de Participante e poderá ser utilizado conforme previsto no plano de custeio do plano, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Fundo Previdencial de Retirada Lacim e o Fundo Administrativo de Retirada Lacim são constituídos pelos valores individuais a serem pagos aos participantes da empresa Cia. de Cimento Portland Lacim, patrocinadora do plano em questão, atualizados para 31/12/2010 pela FUNSEJEM de acordo com o disposto no Termo de Rescisão do Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios Votorantim Prev e Retirada de Patrocinadora, cujo processo de retirada foi protocolizado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e encontra-se em análise.

V – Plano de custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras efetuem, durante o ano de 2011, a contribuição de 0,50% da folha de salário aplicável para cobertura das despesas administrativas. Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento, estimadas em 3,15% da folha de salário aplicável. Com base no disposto no item 6.3 do regulamento do plano, as patrocinadoras Citrovita Agro Pecuária Ltda., Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas S.A., Interávia Transportes Ltda., Votorantim Metais Zinco S.A. e Votorantim Participações S.A. optaram por utilizar, durante o exercício de 2011, o Fundo de Reversão de Contribuições para cobertura das suas contribuições, exceto as contribuições para cobertura das despesas administrativas.

A contribuição dos participantes, definida no Regulamento do Plano de Benefícios VOTORANTIM PREV, foi estimada em 4,86% da folha de salário aplicável.

A contribuição mensal do participante autopatrocinado e do participante vinculado, referente ao custeio das despesas administrativas, corresponderá

à aplicação do percentual de 0,50% ao referente salário aplicável.

Tendo em vista a natureza do plano de contribuição definida e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelos participantes e índice de adesão ao plano, as taxas demonstradas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios VOTORANTIM PREV, informamos que o plano se encontra solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo ativo do plano.

Towers Watson Consultoria Ltda.
Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011
Monica Teixeira de Andrade
MIBA nº 1.117

Parecer Atuarial VCNE

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2010 do Plano de Benefícios VCNE da Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM, referente às patrocinadoras Votorantim Cimentos N/NE S/A, Interávia Transportes Ltda. e Cia. Cimento Portland Lacim, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2010. Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre os mesmos. O Plano de Benefícios VCNE da Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM encontra-se em extinção desde 22/10/2004.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria nº 1.568, de 17/09/2007, publicado no Diário Oficial da União em 18/09/2007.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é igual a 283, sendo 261 do sexo masculino e 22 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 42,3 anos.

O total de participantes aposentados é igual a 67.

O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão por morte é igual a 10.

O total de participantes em período de aguardo de receber benefício é igual a 6.

II – Hipóteses e métodos atuariais

As hipóteses e métodos atuariais empregados nos cálculos atuariais dos compromissos e custos representados pelo Plano de Benefícios VCNE foram selecionados pela Towers Watson e contam com o aval da Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM.

A fixação dessas hipóteses e métodos observou o critério de imparcialidade e objetivou a obtenção da melhor estimativa dos eventos futuros relacionados com os benefícios avaliados, conforme requerido pelos princípios atuariais geralmente aceitos.

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

• Hipóteses financeiras

- Taxa real anual de juros : 5%
- Projeção do crescimento real de salário: 3%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - salários: 98%
 - benefícios do plano: 98%

• Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade geral: AT – 1983 (*)
- Tábua de mortalidade de inválidos: não utilizada
- Tábua de entrada de invalidez: RRB – 1944 modificada

- Tábua de rotatividade: Towers Watson

(*) *Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-1983 Basic desagregada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).*

Na presente avaliação foram mantidas as mesmas hipóteses atuariais utilizadas em 2009.

A seguir, descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

• Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios, deveria ser definida com base nas taxas de juros reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Em 30 de setembro de 2010, essas taxas, observadas nos títulos públicos (NTN-B) com vencimento em 2045, encontravam-se em torno de 5,93% a.a.. No entanto, por conservadorismo, as patrocinadoras optaram por fixar a taxa de juro em 5,00% a.a..

• Projeção do crescimento real de salário

A projeção do crescimento real de salário é de 3,00% a.a., que reflete a expectativa das patrocinadoras com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado participante do Plano de Benefícios VCNE da Fundação Senador José Ermírio de Moraes. Tal projeção é consistente com o planejamento da área de recursos humanos.

• Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período entre duas avaliações atuariais.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,00%.

• Tábuas biométricas

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

• Regime financeiro e métodos atuariais

- Regime financeiro – repartição de capitais de cobertura para o benefício por morte e capitalização para os demais.
- Métodos atuariais – para avaliação atuarial do benefício por invalidez foi adotado o método do crédito unitário e para os demais benefícios foi o de capitalização financeira.

• Atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006

Em atendimento ao disposto no item 2 da Resolução CGPC nº 18/2006, e uma vez que a tábua mínima de mortalidade está implementada, as expectativas dos participantes ativos, ao se aposentarem, e dos aposentados válidos utilizando a tábua de mortalidade geral descrita neste parecer atuarial são de 22,9 anos e 12,4 anos, respectivamente.

• Índice de reajuste dos benefícios

Os benefícios mensais previstos no Regulamento do Plano serão reajustados mensalmente, com o retorno de investimentos, obtido no mês imediatamente anterior ao mês de competência do benefício, exceção feita aos mantidos na forma do Capítulo XIV do Instrumento Regulamentar, que serão reajustados anualmente de acordo com o índice de reajuste.

III – Patrimônio social

De acordo com o balancete fornecido pela Fundação Sen. José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM, de 31 de dezembro de 2010, o Patrimônio Social é de R\$ 62.128.319,49.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade do Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes – FUNSEJEM.

IV – Patrimônio de cobertura do plano e fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de cobertura do plano	57.482.188,76
Provisões matemáticas	52.382.563,28
Benefícios concedidos	39.071.064,68
Contribuição definida	1.882.323,45
Saldo de conta dos assistidos	1.882.323,45
Benefício definido	37.188.741,23
Benefícios programados	35.053.569,00
Benefícios não programados	2.135.172,23
Benefícios a conceder	16.265.855,37
Contribuição definida	13.627.926,60
Saldo de conta – parcela patrocinadores	6.511.603,01
Saldo de conta – parcela participantes	7.116.323,59
Benefício definido programado	2.195.706,99
Valor atual dos benefícios futuros	2.195.706,99
Valor atual das contribuições futuras	0,00
Benefício definido não programado	442.221,78
Valor atual dos benefícios futuros	876.919,61
Valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras	(434.697,83)
Provisão matemática a constituir	(2.954.356,77)
Serviço passado (patrocinadores)	(2.954.356,77)
Equilíbrio técnico	5.099.625,48
Superávit técnico acumulado	5.099.625,48
Reserva de contingência	5.099.625,48
Fundos	4.646.130,73
Fundo de reversão de contribuições	2.091.128,57
Fundo administrativo	59.921,26
Fundo de investimentos	10.859,89
Fundo previdencial de retirada Lacim	2.482.367,86
Fundo administrativo de retirada Lacim	1.853,15

O Fundo de Reversão de Contribuições, de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios VCNE, é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não incluídas no Saldo de Conta Total de Participante e poderá ser utilizado conforme previsto no plano de custeio do plano, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Fundo Previdencial de Retirada Lacim e o Fundo Administrativo de Retirada Lacim são constituídos pelos valores individuais a serem pagos aos participantes da empresa Cia. de Cimento Portland Lacim, patrocinadora do plano em questão, atualizados para 31/12/2010 pela FUNSEJEM de acordo com o disposto no Termo de Rescisão do Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios VCNE e Retirada de Patrocinadora, cujo processo de retirada foi protocolizado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e encontra-se em análise.

V – Plano de custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras efetuem durante o ano de 2011, a contribuição de 17,77% da folha de salário aplicável, sendo 0,97% correspondente ao custo normal, mais 16,30% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado e 0,50% para cobertura das despesas administrativas.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no Regulamento do Plano de Benefícios, estimadas em 1,92% da folha de salário aplicável.

As taxas apresentadas foram calculadas sobre o somatório do salário aplicável de todos os participantes do plano.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 2 anos, contados a partir de 31/12/2010.

A contribuição dos participantes, definida no Regulamento do Plano de Benefícios VCNE, foi estimada em 4,51% da folha de salário aplicável.

A contribuição mensal do participante vinculado contribuinte e do participante vinculado, referente ao custeio das despesas administrativas, corresponderá a aplicação do percentual de 0,50% ao referente salário aplicável.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos e contribuição realizada pelo participante, as taxas de contribuição referentes à parcela de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

O método atuarial adotado na avaliação do benefício de invalidez do plano gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios VCNE da Fundação Senador José Ermírio de Moraes - FUNSEJEM, concluímos que a adoção do plano de custeio recomendado neste parecer deverá concorrer para assegurar o equilíbrio do plano, em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.
Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011
Monica Teixeira de Andrade
MIBA nº 1.117

Parecer dos Auditores Independentes

Aos acionistas da Fundação Senador José Ermírio de Moraes:

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Senador José Ermírio de Moraes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração da mutação do ativo líquido, demonstração do ativo líquido, demonstração do plano de gestão administrativa e demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis por plano de benefício tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Senador José Ermírio de Moraes e individual por plano de

benefício em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

“Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 03 de março de 2010, que não conteve nenhuma modificação.”

São Paulo, 18 de março de 2011

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S • CRC 2SP 5.528/0-2

Toshio Nishioka
Contador • CRC-SP-104.690/0

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Sen. José Ermírio de Moraes**, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em 21 de março de 2011, reuniram-se na sede da Fundação, sob a presidência do Sr. André Monteiro, para análise das Demonstrações Contábeis estabelecidas na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e alterações promovidas na Resolução CNPC nº 1, de 3 de março de 2011, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas Demonstrações da Mutação do ativo Líquido, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Com base na apresentação feita pela contadora Sra. Adriana Santos e pelos auditores independentes Boucinhas, Campos & Conti, emitem parecer favorável de que as Demonstrações Contábeis referidas acima foram apresentadas

adequadamente em todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira da Funsejem em 31 de dezembro de 2010.

Destá forma, por unanimidade, emitem parecer favorável à sua aprovação.

São Paulo, 21 de março de 2011.

André Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Luiz Carlos de Jesus
Conselheiro

Paulo Midena
Conselheiro

Luiz Ferreira Neves
Conselheiro eleito

Alessandro Bahia de Brito
Suplente eleito

Manifestação do Conselho Deliberativo

Em cumprimento às disposições constantes na Resolução CGPC nº 28, de 26/1/2009, e na Instrução nº 34, de 24/9/2009, que entrou em vigor em 1/1/2010, observado ainda o disposto no Estatuto vigente da Fundação Sen. José Ermírio de Moraes, reuniram-se nesta data, na sede da Entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Funsejem, para analisar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício de 2010, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva, por meio dos seguintes documentos: I) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; II) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada e dos Planos de Benefícios Votorantim Prev e VCNE comparativa com o exercício anterior; III) Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios Votorantim Prev e VCNE comparativa com o exercício anterior; IV) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e dos Planos de Benefícios Votorantim Prev e VCNE comparativa com o exercício anterior; V) Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios Votorantim Prev e VCNE comparativa

São Paulo, 23 de março de 2011.

Nelson Koichi Shimada
Presidente

Eduardo Cavalcanti de Oliveira Maciel
Vice-Presidente – secretário

Luiz Marcelo Pinheiro Fins
Conselheiro

com o exercício anterior; VI) Notas Explicativas da administração às Demonstrações Contábeis consolidadas; VII) Parecer emitido pela empresa Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes; VIII) Parecer Atuarial emitido pela Towers Watson Consultoria Ltda., contendo os resultados da Avaliação Atuarial dos Planos de Benefícios Votorantim Prev e VCNE, realizada com dados cadastrais posicionados em 30/9/2010; e IX) Parecer do Conselho Fiscal. Analisados os referidos documentos, este Conselho Deliberativo verificou que as contas encontram-se escorreitas e em conformidade com o disposto nas normas contábeis e financeiras exigidas pela legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, bem como com o disposto no Estatuto da Funsejem. Assim, após análise dos documentos apresentados pela Diretoria Executiva, aprova, por unanimidade, às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2010, que refletem as atividades da Funsejem no referido exercício. Por fim, destacou que a presente manifestação compõe o rol de documentos acima relacionados.

Luiz Alberto de Castro Santos
Conselheiro

Marco Aurélio Natale da Silva
Conselheiro eleito

Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Plano Votorantim Prev - 12/2010

Entidade: Fundação Sen. José Ermírio de Moraes

Período: 2010

CNPJ: 74.060.534/0001-40

Sinopsis

Política de Investimento

A Fundação Sen. José Ermírio de Moraes permite a aplicação de seus recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, operações com participantes, imóveis e investimentos estruturados, não havendo previsão para aplicação nos segmentos de investimentos no exterior.

Benchmarks

Renda fixa: CDI.

Renda variável: IBrX.

Operações com participantes: IGPM + 5% a.a ou Taxa Selic + 4% a.a, dos índices o maior.

Imóveis: IGPM+5%.

Investimentos estruturados: CDI + 3%.

Alocação de ativos

Segmento	R\$ em 2010	% em 2010	R\$ em 2009	% em 2009
Renda fixa	545.781.295,62	98,14%	450.486.249,69	98,67%
Renda variável	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Operações com participantes	10.322.685,88	1,86%	6.051.856,30	1,33%
Total	556.103.981,50	100.00%	456.538.105,99	100.00%

Gestão por gestor

Gestor	Valor (R\$)	% do montante terceirizado
Western	17.584.068,36	3,22%
Itaú Unibanco	62.268.731,92	11,42%
Bradesco	133.972.263,38	24,56%
BNP	168.436.273,63	30,88%
Funsejem (carteira própria)	5.559.509,18	1,02%
Votorantim	157.641.901,46	28,90%
Total	545.462.747,93	100,00%

Rentabilidade do último mês

Plano e indicadores	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Plano Votorantim Prev	1,27%	-	1,17%	-	1,27%
CDI	0,93%	-	-	-	-
IMA Geral	1,39%	-	-	-	-
IBOVESPA	-	2,36%	-	-	-
IBrX	-	3,47%	-	-	-
IBrX50	-	3,74%	-	-	-
IGPM+5%	-	-	-	-	1,10%

Rentabilidade no ano

Plano e indicadores	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Plano Votorantim Prev	9,54%	-	14,06%	-	9,61%
CDI	9,75%	-	-	-	-
IMA Geral	12,98%	-	-	-	-
IBOVESPA	-	1,04%	-	-	-
IBrX	-	2,62%	-	-	-
IBrX50	-	0,75%	-	-	-
IGPM+5%	-	-	-	-	16,89%

Fundos de primeiro nível

Fundo	CNPJ do fundo	Valor aplicado (R\$)
BNP Paribas Ártico FICFIM Previdenciário Agressivo	06.314.210/0001-09	48.433.558,08
Pacífico Previdenciário Multimercado FICFI	06.321.453/0001-04	43.372.663,21
FIC Almirante	08.830.058/0001-74	111.571.056,26
FIC Albatroz	08.830.071/0001-23	45.540.516,08
Highland FICFIM Crédito Privado	09.087.397/0001-75	19.659.021,32
Adriático Previdenciário MM FICFI	09.145.325/0001-37	18.686.592,07
Bradesco FIM Funsejem Agressivo	09.544.240/0001-21	43.862.461,25
Bradesco FIM Funsejem Conservador	09.564.278/0001-66	89.659.108,23
BNP Paribas Ártico FICFIM Previdenciário (Cons.)	09.636.594/0001-04	119.436.079,02
Total		540.221.055,52

Composição das carteiras administradas	
Tipo de instrumento	Valor aplicado (R\$)
Disponível	19.699,97
Títulos públicos	0,00
Títulos privados	5.541.218,89
Ações	0,00
Operações compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Opções	0,00
Termos	0,00
Futuros	0,00
Swaps	0,00
Empréstimos/financiamentos	10.326.589,23
Carteira imobiliária	0,00
Valores a pagar/receber	-4.582,16
Total	15.882.925,93

Custos relacionados à administração de recursos por plano	
Descrição	Valores (R\$)
Consultorias	127.050,33
Taxa de custódia	17.717,99
Taxa Cetip	5.506,40
Taxa de controladoria	81.976,22
Total	232.250,94

Auditoria de gestão			
Nome	CNPJ	Pessoa responsável	Cargo
Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes	62650403000133	Toshio Nishioka	Sócio Responsável

Responsável pela aplicação de recursos	
Nome	Paulo Roberto Pisauro
Telefone	(11) 3224-7300
E-mail	paulo.pisauro@funsejem.org.br

Definições

DI: O Demonstrativo de Investimentos é o documento exigido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar com a finalidade de tornar possível o acompanhamento e o monitoramento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Este documento exige a abertura de informações de todos os investimentos realizados pela EFPC.

Resumo do Demonstrativo de Investimentos Plano VCNE - 12/2010

Entidade: Fundação Sen. José Ermírio de Moraes

Período: 2010

CNPJ: 74.060.534/0001-40

Sinopsis

Política de Investimento

A Fundação Sen. José Ermírio de Moraes permite a aplicação de seus recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, operações com participantes, imóveis e investimentos estruturados, não havendo previsão para aplicação nos segmentos de investimentos no exterior.

Benchmarks

Renda fixa: CDI.

Renda variável: IBrX.

Operações com participantes: IGPM + 5% a.a ou Taxa Selic + 4% a.a, dos índices o maior.

Imóveis: IGPM+5%.

Investimentos estruturados: CDI + 3%.

Alocação de ativos				
Segmento	R\$ em 2010	% em 2010	R\$ em 2009	% em 2009
Renda fixa	61.899.541,25	99,12%	71.341.397,42	98,66%
Renda variável	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Operações com participantes	550.902,41	0,88%	967.230,11	1,34%
Total	62.450.443,66	100,00%	72.308.627,53	100,00%

Gestão por gestor		
Gestor	Valor (R\$)	% do montante terceirizado
Western	1.994.289,24	3,22%
Itaú Unibanco	7.062.180,35	11,42%
Bradesco	15.194.404,26	24,56%
BNP	19.103.124,55	30,88%
Funsejem (carteira própria)	630.529,24	1,02%
Votorantim	17.878.885,66	28,90%
Total	61.863.413,31	100,00%

Rentabilidade do último mês					
Plano e indicadores	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Plano de benefícios VCNE	1,27%	-	1,17%	-	1,27%
CDI	0,93%	-	-	-	-
IMA Geral	1,39%	-	-	-	-
IBOVESPA	-	2,36%	-	-	-
IBrX	-	3,47%	-	-	-
IBrX50	-	3,74%	-	-	-
IGPM+5%	-	-	-	-	1,10%

Rentabilidade no ano					
Plano e indicadores	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Plano Votorantim Prev VotorantimPrevNEVCNE	9,54%	-	14,06%	-	9,61%
CDI	9,75%	-	-	-	-
IMA Geral	12,98%	-	-	-	-
IBOVESPA	-	1,04%	-	-	-
IBrX	-	2,62%	-	-	-
IBrX50	-	0,75%	-	-	-
IGPM+5%	-	-	-	-	16,89%

Fundos de primeiro nível		
Fundo	CNPJ do fundo	Valor aplicado (R\$)
BNP Paribas Ártico FICFIM Previdenciário Agressivo	0631421000109	5.698.079,04
Pacífico Previdenciário Multimercado FICFI	06321453000104	5.102.678,24
FIC Almirante	08830058000174	13.126.037,45
FIC Albatroz	08830071000123	5.357.720,36
Adriático Previdenciário MM FICFI	09145325000137	2.198.427,76
Bradesco FIM Funsejem Agressivo	09544240000121	5.160.301,68
Bradesco FIM Funsejem Conservador	09564278000166	10.548.155,16
BNP Paribas Ártico FICFIM Previdenciário (Cons.)	09636594000104	14.051.336,42
Total		61.242.736,11

Composição das carteiras administradas	
Tipo de instrumento	Valor aplicado (R\$)
Disponível	6.043,92
Títulos públicos	0,00
Títulos privados	650.840,96
Ações	0,00
Operações compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Opções	0,00
Termos	0,00
Futuros	0,00
Swaps	0,00
Empréstimos/financiamentos	552.012,14
Carteira imobiliária	0,00
Valores a pagar/receber	-1.189,51
Total	1.207.707,51

Custos relacionados à administração de recursos por plano	
Descrição	Valores (R\$)
Consultorias	17.810,66
Taxa de custódia	2.483,81
Taxa Cetip	770,34
Taxa de controladoria	11.491,91
Total	32.556,72

Auditoria de gestão			
Nome	CNPJ	Pessoa responsável	Cargo
Boucintas, Campos & Conti Auditores Independentes	62650403000133	Toshio Nishioka	Sócio Responsável

Responsável pela aplicação de recursos	
Nome	Paulo Roberto Pisauro
Telefone	(11) 3224-7300
E-mail	paulo.pisauro@funsejem.org.br

Definições

DI: O Demonstrativo de Investimentos é o documento exigido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar com a finalidade de tornar possível o acompanhamento e o monitoramento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Este documento exige a abertura de informações de todos os investimentos realizados pela EFPC.

Resumo do Demonstrativo de Investimentos Plano de Gestão Administrativa - 12/2010

Entidade: Fundação Sen. José Ermírio de Moraes

Período: 2010

CNPJ: 74.060.534/0001-40

Síntese

Política de Investimento

A Fundação Sen. José Ermírio de Moraes permite a aplicação de seus recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, operações com participantes, imóveis e investimentos estruturados, não havendo previsão para aplicação nos segmentos de investimentos no exterior.

Benchmarks

Renda fixa: CDI.
Renda variável: IBrX.
Operações com participantes: IGPM + 5% a.a ou Taxa Selic + 4% a.a, dos índices o maior.
Imóveis: IGPM+5%.
Investimentos estruturados: CDI + 3%.

Alocação de ativos				
Segmento	R\$ em 2010	% em 2010	R\$ em 2009	% em 2009
Renda fixa	2.503.687,88	100,00%	0,00	0,00%
Renda variável	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	2.503.687,88	100,00%	0,00	0,00%

Gestão por gestor		
Gestor	Valor (R\$)	% do montante terceirizado
Western	80.664,21	3,22%
Itaú Unibanco	285.648,25	11,42%
Bradesco	614.577,18	24,56%
BNP	772.675,54	30,88%
Funsejem (carteira própria)	25.503,39	1,02%
Votorantim	723.158,01	28,90%
Total	2.502.226,59	100,00%

Rentabilidade do último mês					
Plano e indicadores	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Plano de Gestão Administrativa	1,27%	-	-	-	1,27%
CDI	0,93%	-	-	-	-
IMA Geral	1,39%	-	-	-	-
IBOVESPA	-	2,36%	-	-	-
IBrX	-	3,47%	-	-	-
IBrX50	-	3,74%	-	-	-
IGPM+5%	-	-	-	-	1,10%

Rentabilidade no ano					
Plano e indicadores	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Plano de Gestão Administrativa	9,54%	-	-	-	9,54%
CDI	9,75%	-	-	-	-
IMA Geral	12,98%	-	-	-	-
IBOVESPA	-	1,04%	-	-	-
IBrX	-	2,62%	-	-	-
IBrX50	-	0,75%	-	-	-
IGPM+5%	-	-	-	-	16,89%

Fundos de primeiro nível		
Fundo	CNPJ do fundo	Valor aplicado (R\$)
BNP Paribas Ártico FICFIM Previdenciário Agressivo	06.314.210/0001-09	199.948,05
Pacífico Previdenciário Multimercado FICFI	06.321.453/0001-04	179.055,17
FIC Almirante	08.830.058/0001-74	460.598,31
FIC Albatroz	08.830.071/0001-23	188.004,71
Adriático Previdenciário MM FICFI	09.145.325/0001-37	77.143,77
Bradesco FIM Funsejem Agressivo	09.544.240/0001-21	181.077,21
Bradesco FIM Funsejem Conservador	09.564.278/0001-66	370.139,31
BNP Paribas Ártico FICFIM Previdenciário (Cons.)	09.636.594/0001-04	493.067,45
Total		2.149.033,98

Composição das carteiras administradas	
Tipo de instrumento	Valor aplicado (R\$)
Disponível	331.296,08
Títulos públicos	0,00
Títulos privados	22.699,33
Ações	0,00
Operações compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Opções	0,00
Termos	0,00
Futuros	0,00
Swaps	0,00
Empréstimos/financiamentos	0,00
Carteira imobiliária	0,00
Valores a pagar/receber	658,46
Exigível contingencial/investimentos	0,00
Total	354.653,87

Custos relacionados à administração de recursos consolidado	
Descrição	Valores (R\$)
Consultorias	144.860,99
Taxa de custódia	20.201,80
Taxa Cetip	6.276,74
Taxa de controladoria	93.468,13
Total	264.807,66

Auditoria de gestão			
Nome	CNPJ	Pessoa responsável	Cargo
Boucintas, Campos & Conti Auditores Independentes	62650403000133	Toshio Nishioka	Sócio Responsável

Responsável pela aplicação de recursos	
Nome	Paulo Roberto Pisauro
Telefone	(11) 3224-7300
E-mail	paulo.pisauro@funsejem.org.br

Definições

DI: O Demonstrativo de Investimentos é o documento exigido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar com a finalidade de tornar possível o acompanhamento e o monitoramento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Este documento exige a abertura de informações de todos os investimentos realizados pela EFPC.

Resumo da Política de Investimentos 2011 – Votorantim Prev, VCNE e PGA

- Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fundação Sen. José Ermírio de Moraes
- Exercício: 2011
- Ata do Conselho Deliberativo: 02/12/2010
- Planos: Votorantim Prev e VCNE, PGA
- AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Paulo Roberto Pisauro, Diretor-Superintendente da Funsejem
- Mecanismo de informação da política aos participantes: (X) meio eletrônico (X) impresso

Segmentos de Aplicação	Gestão Conservadora		Gestão Agressiva		Gestão Superagressiva***		Plano
	Limites	Sublimites	Limites	Sublimites	Limites	Sublimites	Limites
Renda Fixa*	96%		de 32% a 100%		de 32% a 70%		100%
Títulos Públicos Federais (TPF)	100%	100%	100%	100%	100%	70%	100%
Outros ativos de RF (exceto TPF)	80%	80%	80%	80%	80%	56%	80%
DPGE	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%**
Cédula de Crédito Bancário (CCB) e Notas Promissórias (NP)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Notas/Cédulas Crédito Exportação (NCE/CCE)		10%		10%			
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)		10%		10%			
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI)		10%		10%			
CPR, CRA, CDCA e WA		10%		10%			
Demais títulos de cias abertas		10%		10%			
Renda Variável		0%		de 0% a 50%		de 30% a 50%	
Ações Novo Mercado	0%	0%	50%	50%	50%	50%	50%
Ações Nível 2		0%		43%		43%	
Ações Bovespa Mais		0%		36%		36%	
Ações Nível 1		0%		32%		32%	
Ações sem selo de governança		0%		25%		25%	
Fundos de índice negociados em Bolsa (ETF)		0%		25%		25%	
Títulos de emissão de SPE		0%		5%		5%	
Outros ativos		0%		2%		2%	
Investimentos Estruturados		0%		10%		10%	
FI e FIC participações	0%	0%	10%	5%	10%	5%	5%
FI empresas emergentes		0%		5%		5%	
FI imobiliário		0%		5%		5%	
FI e FIC multimercado		0%		5%		5%	
Investimentos no Exterior	0%		5%		5%		0%
Ativos emitidos no exterior pertencentes a fundos constituídos no Brasil	0%	0%	5%	0%	5%	0%	0%
FI e FIC dívida externa		0%		0%		0%	
Fundos de índice estrangeiros negociados em bolsa no Brasil		0%		0%		0%	
Certificados de depósito de valores com lastro em ações de cias estrangeiras (BDR)		0%		5%		0%	5%
Ações de cias sediadas no Mercosul		0%		0%		0%	
Imóveis		0%		3%		3%	
Empreendimentos imobiliários	0%	0%	3%	3%	3%	3%	3%
Imóveis para aluguel e renda		0%		3%		3%	
Outros imóveis		0%		3%		3%	
Operações com Participantes	4%		-		-		4%
Empréstimos	4%	4%	-	-	-	-	4%
Financiamentos imobiliários		-		-		-	0%

*Os limites apresentados na renda fixa referem-se a investimentos classificados como baixo risco de crédito, com exceção do instrumento DPGE. Para investimentos classificados como médio risco de crédito, o limite é de 5% por gestor e este deverá enviar relatório com análise de crédito própria.

** Esse investimento dispensa classificação de rating público, porém está limitado a 2% por emissor.

*** Perfil não aplicado aos planos VCNE e PGA.

**** Segmento não aplicado ao PGA.

Diversificação de risco	Res. CMN 3792	Plano
Limites de alocação por tipo de emissor		
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira autorizada pelo Bacen	20%	20%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%	0%
Cia aberta com registro na CVM	10%	10%
Organismo multilateral	10%	10%
Cia securitizadora	10%	10%
Patrocinador do plano de benefícios	10%	10%
FIDC ou FICFIDC	20%	20%*
Fundos de índice	10%	10%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	10%	2%
FI ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados	10%	2%
Demais emissores	5%	2%
Autoalocação em renda fixa	-	5%
Limites de concentração por emissor		
Capital total de uma mesma companhia aberta ou SPE	25%	10%
Capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	10%
Patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira	25%	10%
Patrimônio líquido de um mesmo:		
• Fundo de índice referenciado em cesta de ações de cia abertas	25%	10%
• FI do segmento de investimentos estruturados	25%	10%
• FI do segmento de investimentos no exterior	25%	0%
• Fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil	25%	0%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	10%
Limites de concentração por investimento		
Mesma série de título ou valores imobiliários	25%	10%
Mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	10%
Mesmo empreendimento imobiliário	25%	10%

*Limitado a 2% do patrimônio da emissão/série de cotas do FIDC.